



Imagem gerada por IA (Midjourney) a partir dos termos: Digital art, abstract, disobedience, revolution, resistance, democratic, futuristic, banksy style

#80TIROS:

COMO CONTAR A VIOLÊNCIA? ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NAS REDES SOCIAIS

Victor Hermann

Resumo

O presente ensaio visa contribuir com estudos sobre os processos de percepção social da violência no Brasil, com ênfase nas redes sociais. Como recorte, elegemos a repercussão no *Instagram* e *Twitter* do assassinato de Evaldo Rosa e Luciano Macedo pelo Exército em 2019, no Rio de Janeiro – episódio que ficou marcado pela *hashtag* #80tiros. Vamos analisar os argumentos mais recorrentes, seus fundamentos sociológicos e as limitações interpretativas, bem como a influência da infraestrutura algorítmica na sua construção. Nossa hipótese é de que a fala mítica dificultou a percepção da zona cinza formada com o avanço das necropolíticas de Estado contra setores da classe batalhadora.

Palavras-chave

Violência policial; redes sociais; necropolítica; Rio de Janeiro; 80 tiros.

#80SHOTS: HOW TO COUNT THE VIOLENCE? ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF POLICE VIOLENCE IN SOCIAL NETWORKS

Abstract

This article aims to contribute to studies on the processes of social perception of violence in Brazil, with emphasis on social networks. As the object of study, we have chosen the repercussion on *Instagram* and *Twitter* of the murder of Evaldo Rosa and Luciano Macedo by the Army in 2019, in Rio de Janeiro – an episode that was marked by the *hashtag* #80tiros. We will analyze the most recurrent arguments, their sociological foundations and interpretative limitations, as well as the influence of the algorithmic infrastructure on their construction. Our hypothesis is that the mythical speech hampered the perception of the gray zone formed with the advance of State necropolitics against sectors of the fighting class.

Keywords

Police violence; social networks; necropolitics; Rio de Janeiro; 80 shots.

Submetido em: 13/10/2022
Aceito em: 21/12/2022

Como citar: HERMANN, Victor. #80tiros: como contar a violência? Análise sobre a percepção da violência policial nas redes sociais. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 176-198, jul./dez. 2022.



Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0*.

Introdução

No presente artigo, vamos examinar como os usuários do Instagram e Twitter, duas das redes sociais mais usadas no Brasil, interpretaram o assassinato de Evaldo Rosa e Luciano Macedo por soldados do Exército, em busca de contribuir para os estudos acerca da percepção social da violência no Brasil. O artigo será dividido em três seções. Primeiro, vamos contextualizar o assassinato, trazendo as mais recentes descobertas sobre o caso, além de considerações gerais sobre a dinâmica da violência no Rio de Janeiro. Em seguida, vamos examinar como as redes sociais reagiram ao episódio, destacando os argumentos mais recorrentes, suas tendências e deficiências interpretativas. Vamos ainda analisar qual o tipo de linguagem foi mais utilizado pelos usuários, e qual a influência da infraestrutura algorítmica na produção de sentidos sobre a violência. Por fim, vamos apontar os impasses e desafios para se transformar a "sensibilidade jurídica" das classes sociais brasileiras em face das novas transformações da dinâmica da violência policial no Brasil.

Para avaliar o conjunto de mensagens veiculadas de modo público no Instagram e Twitter, fizemos uma ampla pesquisa orgânica por "hashtags" nas plataformas Instagram e Twitter, além de levantamento manual de postagens feitas no período em perfis que atuaram de modo mais proeminente no debate (como Mídia Ninja, Jornalistas Livres, Quebrando o Tabu, Agência Pública; bem como perfis de políticos de renome nos espectros da esquerda e direita, como Guilherme Boulos, a família Bolsonaro, deputados associados à "bancada da bala"; e ainda, perfis de organizações e líderes sociais antirracistas, pró-polícia, religiosos etc.). O presente artigo, de caráter mais ensaístico, visa a uma leitura crítica das performances textuais e visuais nas redes sociais; assim sendo, em detrimento de metodologias de pesquisa sociológica e antropológica, optamos por uma abordagem semiológica de análise de signos.

1. A zona cinza da violência

No cruzamento da Avenida Brasil com a Estrada do Camboatá – Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre os bairros Deodoro e Vila Militar, próximo a uma unidade do SENAT, ao depósito da COMLURB, ao Piscinão de Deodoro, a um PNR (condomínio residencial militar) e a um batalhão militar – soldados do exército disparam 257 vezes contra um Ford Ka Sedan branco que virava a esquina. Dentro do carro está Evaldo Rosa, sua esposa grávida, filho, sogro e uma amiga do casal; o destino seria um chá de bebê. 12 oficiais do exército atiram sem aviso prévio, a partir de um caminhão militar. Eles supostamente teriam confundido o carro de Evaldo com um Honda Civic¹ branco, roubado momentos antes nas imediações. O primeiro tiro que alveja Evaldo é dado a uma distância de mais de 250 metros, entrando pelo para-choque traseiro do veículo. Duas sessões de tiros ocorrem. No intervalo entre elas, parte da família de Evaldo consegue escapar. Nesse instante, o catador de latinhas Luciano Macedo se aproxima do carro para resgatar Evaldo, mas acaba atingido pela segunda sessão de tiros, mais longa e violenta (estima-se que cerca de 70% dos disparos foram dados nesse momento). Evaldo morre na hora,

¹ Ou Honda City; as matérias que tratam do caso titubeiam quanto à marca do veículo alegado.

Luciano viria a falecer dias depois no hospital. Os soldados alegam que ambos estariam armados; mas não é identificado nenhum indício que sustente essa hipótese. No total, apenas 20% dos tiros atingem o carro. Os soldados, mesmo com a confirmação da inocência das vítimas, debocham da situação e praticam fraude processual.

O Rio de Janeiro é o município com maior número absoluto de mortes decorrentes de intervenção policial, e 79% das vítimas de ações policiais no Brasil é de cor negra.² Mas as estatísticas, sozinhas, não são suficientes para explicar o caso em sua totalidade. Quando consideramos o sexo e a faixa etária dos ocupantes do Ford Ka branco, as taxas de violência policial caem drasticamente. Apenas 2% das vítimas são mulheres; e do total, apenas 0,9% têm entre 50 e 54 anos, e 0,5% têm 60 anos ou mais, respectivamente as faixas etárias de Evaldo e de seu sogro.³ Além disso, os índices de violência da região da Vila Militar e Deodoro são também baixos; trata-se de bairros de classe média com IDH alto, segundo último censo.⁴ A renda é outro fator de influência determinante para ocorrência de violência policial: a família de Evaldo Rosa pertence à classe média baixa, menos vitimada por esse tipo de intervenção.⁵

As apurações da jornalista Natalia Viana para a Agência Pública ajudam a esclarecer as várias dúvidas que pairam sobre o caso. Descobriu-se que naquela ocasião o Exército havia sido mobilizado para a Operação Muquiço de ocupação da favela de mesmo nome, que fica nas adjacências da Vila Militar. Tratar-se-ia de uma operação clandestina, sem previsão legal, que teria sido concebida como resposta à invasão por traficantes de apartamentos do condomínio PNR (Próprios Nacionais Residenciais), onde vivem famílias de militares. Em linhas gerais, a Operação Muquiço seria semelhante às operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO) decretadas por Michel Temer e encerrada oficialmente há meses. Ela previa patrulhamento diário de pontos de controle e de comercialização do tráfico no Muquiço, comandado pelo traficante Bruno da Silva Loureiro, o "Coronel".

Conta-se que na manhã do assassinato de Evaldo Rosa, várias unidades de patrulha do Exército teriam sido recebidas a tiros, tanto dentro do Muquiço quanto cá embaixo, na praça da Jaqueira, onde ficam os PNR da Avenida Brasil (nas imediações, portanto, do local de execução de Evaldo). Os militares só teriam conseguido escapar do tiroteio após a chegada de um "caveirão" da PM, viatura blindada usada em operações especiais. Entre os sobreviventes, estariam os soldados que mais tarde atirariam em Evaldo. Relata-se que eles, muito abalados com o tiroteio da manhã, teriam pedido para serem liberados na parte da tarde, mas acabaram sendo outra vez enviados numa nova

² BUENO; MARQUES; PACHECO, *As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020*, p. 65

³ BUENO; MARQUES; PACHECO, *As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020*, p. 65

⁴ No último censo, o Bairro de Guadalupe tinha IDH de 0,810 e tanto a Vila Militar quanto Deodoro tinham IDH de 0,856, sendo ambos o quinquagésimo melhor bairro, dentre as 126 regiões do Rio de Janeiro. In: "Tabela 1772: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, por ordem de IDH, segundo os Bairros ou grupo de Bairros, no Município do Rio de Janeiro em 1991/2000" Instituto Pereira Passos. <http://www.data.rio/datasets/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-municipal-por-ordem-de-idh-segundo-os-bairros-ou-grupo-de-bairros-no-municipio-do-rio-de-janeiro-em-1991-2000>.

⁵ Com as informações apuradas em diversas entrevistas e notícias, é possível assinalar que Evaldo e família pertencem à classe média baixa, mais especificamente, à Classe C1, segundo o Critério de Classificação Econômica 2018 da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>.

missão: entregar quentinhas para colegas lotados numa região próxima ao Muquiço. “O pessoal tava bem assustado porque sabiam que a gente tava indo prum local onde queriam matar a gente”.⁶ Como as viaturas blindadas do exército estavam danificadas devido ao tiroteio da manhã, os soldados tiveram de seguir na traseira de um caminhão a descoberto. Ao longo do trajeto, eles alegam que teriam avistado marginais assaltarem um Honda Civic branco e então decidido correr no encalço deles; algumas esquinas depois, os soldados terminariam fuzilando, alegadamente por “engano”, o Ford Ka Sedan branco de Evaldo Rosa.

Toda a história reflete mudanças importantes na dinâmica da violência no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, chama a atenção para uma possível formação de *zona cinza* entre militarização e milicianização. A metáfora cinzenta é precisa para descrever sobretudo a situação da Zona Oeste que, segundo Lia Rocha e Jonathan da Motta, permanece oculta “entre luzes e sombras”.⁷

De acordo com a conceituação dos autores, a região-luz abrangeria as áreas centrais do Rio de Janeiro, desde o circuito turístico até as favelas na imediação. Os holofotes que iluminam essa região vem dos megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, que contribuíram para transformar o Rio em uma das principais “cidades-mercadoria” da América Latina.⁸ À primeira vista, o Estado teria acionado em função dessa demanda turística um *dispositivo de militarização*,⁹ que abrangeria inúmeras iniciativas, tais como: os programas de “pacificação” das favelas via UPPs (primeiro atingindo as favelas do “cinturão olímpico”, do Estádio do Maracanã à Zona Sul, onde se concentra a maior parte dos hotéis); a ocupação das favelas do Alemão e Maré, em 2010 e 2014, pelo Exército Brasileiro; as operações de GLO durante os megaeventos; além da Lei de Antiterrorismo, de 2016; medidas de austeridades, aprovadas pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2017; e a Intervenção Federal Militar na segurança do Estado do Rio de Janeiro, em 2018.

Mas esse dispositivo de militarização, contudo, não se limitaria à ação policial e combinaria:

atuações do tipo militar (podendo ser realizadas por agentes militares ou não) com a disseminação de uma doutrina securitária que reordena a vida social, transformando todos os espaços em potenciais “campos de batalha” e todo tipo de insurgência em ameaça à segurança”.¹⁰

Assim sendo, a ativação do dispositivo militar segue do corpo social ao tecido cultural, atravessando os processos de subjetivação. Processo que não ocorreria em

⁶ VIANA, *Exclusivo: a desastrosa operação do exército que levou à morte de Evaldo Rosa*.

⁷ ROCHA; MOTTA, *Entre luzes e sombras*.

⁸ FACHIN, *A cidade-mercadoria e os limites da reforma urbana brasileira*.

⁹ O conceito de *dispositivo* deve ser compreendido conforme conceitua Foucault: um “conjunto absolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, enfim: o dito, assim como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo em si, é a rede que podemos estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, *Le jeu de Michel Foucault*, p. 299, tradução nossa).

¹⁰ ROCHA; MOTTA, *Entre luzes e sombras*, p. 232.

sentido único. O dispositivo vai gerar ainda um “efeito bumerangue”¹¹ reverso para as demais “regiões-sombra” do Rio de Janeiro, como seria o caso da Zona Oeste.

Embora ocupe quase um terço do território e abrigue quase metade da população da capital, a Zona Oeste ainda é considerada pelo imaginário popular como um local distante e pouco desenvolvido; costuma ser representada pela mídia de modo homogêneo, desconsiderando-se suas diferenças internas, e sempre à parte da imagem da cidade-mercadoria.¹²

A Zona Oeste é hoje um dos principais focos de atuação de grupos paramilitares, conhecidos como milícias. Trata-se de grupos que contam com a participação de agentes públicos – parlamentares, policiais civis, militares da ativa e reserva, membros do judiciário. As milícias remontam aos Esquadrões da Morte que começaram a atuar nos anos 60 e 70, sobretudo os da Baixada Fluminense; e ganha impulso justamente com a organização local de moradores da Zona Oeste para patrulhamento durante a década de 90.¹³ Segundo o Ministério Público Federal, as milícias duplicaram sua área de atuação entre 2010 e 2017.¹⁴

Um dos principais focos de atuação das milícias hoje é a atividade imobiliária legal e ilegal, nos mercados de construção, venda, aluguel e financiamento de imóveis, bem como no cadastramento e administração de unidades condominiais.¹⁵ Os megaeventos teriam beneficiado as milícias não apenas com as melhorias promovidas na Zona Oeste, mas também com o deslocamento do foco de interesse da sociedade civil e de escopo da atuação repressora do Estado para a proteção das orlas iluminadas da cidade-mercadoria. Assim sendo, o dispositivo de militarização vai suscitar, nas sombras dos territórios marginais, um processo de milicianização que, em linhas gerais, incorpora as mesmas técnicas, táticas e práticas necropolíticas de Estado, que passam a ser usadas para fins privados de controle e extorsão das populações locais.

Todavia, a região em que ocorreu o assassinato de Evaldo Rosa não corresponde ao estereótipo da Zona Oeste como domínio da milícia. Os bairros de Deodoro, repleto de

¹¹ “A alegoria do bumerangue, acionada por Foucault em *Em defesa da sociedade*, é utilizada por diversos autores (JENSEN, 2016; GRAHAM, 2012; WALL, 2013) para ilustrar como técnicas, tecnologias e práticas securitárias circulam entre (ex) colônias e (ex) metrópoles, fazendo das primeiras um campo de experimentação e teste para o que será posteriormente – e com variações – aplicado nas segundas”. ROCHA; MOTTA, *Entre luzes e sombras*, p. 244.

¹² DAVIES, *Deodoro*.

¹³ ROCHA; MOTTA, *Entre luzes e sombras*.

¹⁴ OTÁVIO; ARAÚJO, *Em oito anos, número de áreas controladas por grupos paramilitares dobrou*.

¹⁵ “Se nas pesquisas pioneiras sobre milícias (Burgos, 2002; Zaluar e Conceição, 2007; Cano, 2008 e Cano e Duarte, 2012) as análises centraram-se sobre os mercados de proteção e as práticas de extorsão exercidas por esses grupos, mais recentemente, as atividades imobiliárias legais e ilegais têm sido apontadas por reportagens do jornalismo investigativo como uma das principais – senão a principal – fonte de renda das milícias. Silva, Fernandes e Braga (2008) já haviam assinalado que o crescimento das milícias estava intimamente relacionado ao processo de expansão da fronteira urbano-imobiliária na zona oeste da cidade e municípios da região metropolitana, onde a grilagem de terras e a formação de novos loteamentos é frequentemente coordenada por esses grupos armados. Mais recentemente, pesquisas qualitativas, concluídas e em andamento, têm assinalado a participação de milicianos nos mercados de construção, venda e aluguel de imóveis e no cadastramento e administração condominial de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) (Araújo Silva, 2017; Petti, 2020). Também a investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes apresentou fortes indícios de participação de parlamentares ligados as milícias no seu planejamento e de que a sua motivação se relacionava com a atuação da vereadora contra as formas de atuação desses grupos no mercado imobiliário”. (HIRATA, CARDOSO, GRILLO *et. al.*, p. 18).

quartéis, e da Vila Militar, em que ficam as habitações dos soldados, são regiões de classe média – bairros “pacatos” em que “o verde das árvores [...] e o profundo silêncio [...] saltam aos olhos”.¹⁶ Não obstante, o sogro de Evaldo Rosa, que é morador da Zona Oeste, quando perguntado sobre a Intervenção Militar de Michel Temer, salientou que “em parte deu uma segurança boa. Então por isso que eu digo: a gente *nunca iria imaginar* que ali naquela área, por ser militar, iria acontecer essa tragédia”.¹⁷

Assim sendo, o assassinato de Evaldo Rosa aponta para uma possível nova dinâmica em curso, com a formação de uma área cinzenta entre a militarização e a milicianização do Rio de Janeiro. A Operação Muquiço é rescaldo das operações de GLO que oficialmente teriam sido encerradas no dia 31 de dezembro de 2018,¹⁸ e deslocadas agora para o campo da segurança privada. Com efeito, ao contrário do que se supõe, a própria Intervenção Militar não teria sido motivada, conforme aponta o sociólogo Edson Miagusko, apenas pelas “imagens que circularam com o ataque a turistas ou moradores por assaltantes. O que parece ter motivado foi o aumento do roubo de carga no estado, os custos do transporte e a logística da chegada de produtos na região metropolitana e, sobretudo, na capital”.¹⁹ Isso explicaria em parte porque os militares estavam dispostos a abrir fogo numa das principais rodovias da Zona Oeste.

O deslocamento de operações do âmbito de Estado para fins privados, como é o caso flagrante a Operação Muquiço, reflete o fenômeno global de privatização da segurança. Segundo Michel Wieviorka, as instituições que detém monopólio do uso legítimo da força, como polícia e exército, são “pervertidas” pela segurança privada, e acabam deixando de atuar como instrumento de manutenção da paz para se especializarem na execução de “fins hediondos” que extrapolam o poder e o alcance das forças privadas.²⁰ Seria o caso da Operação Muquiço que, embora fosse empregada para fins privados, continuava a responder à mesma hierarquia e procedimentos institucionais do aparelho estatal (ao contrário das milícias, que efetivamente se reorganizam como forças paramilitares).

Assim sendo, considerando-se o mosaico de regimes territoriais do Rio de Janeiro – em especial “a contiguidade entre áreas dominadas por milícias e por quadrilhas de traficantes”²¹ na Zona Oeste – compreende-se que a atuação privada do exército ocuparia justamente a zona cinza entre militarização da “região-luz” e milicianização da “região-sombra”; daí a característica híbrida da Operação Muquiço, que atuaria simultaneamente como força oficial de repressão policial e instrumento privado de defesa de propriedade imobiliária.

¹⁶ ROCHA; MOTTA. *Entre luzes e sombras*, p. 237.

¹⁷ VIANA, *Eu queria que os soldados do Exército fossem a júri popular*.

¹⁸ O dispositivo constitucional “Garantia da Lei e da Ordem” concede temporariamente aos militares a capacidade de atuar com poderes de polícia até que as condições que levaram à sua ativação sejam superadas. Segundo o Ministério de Defesa, trata-se de “casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem” contra as quais as Forças Armadas são convidadas a reagir de forma “episódica, em área restrita e por tempo limitado, com o objetivo de preservar a ordem pública, a integridade da população e garantir o funcionamento regular das instituições” (MINISTÉRIO DA DEFESA, *Garantia da Lei e da Ordem*).

¹⁹ MIAGUSKO, *A pacificação vista da Baixada Fluminense*, p. 160.

²⁰ WIERVORKA, *O novo paradigma da violência*, p. 137.

²¹ ROCHA; MOTTA, *Entre luzes e sombras*, p. 243.

2. Como contar a violência?

"1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 #80tiros é muito, né não Gentem?".²² Assim a cantora negra Elza Soares reagiu, no calor do momento, ao assassinato de Evaldo Rosa e Luciano dos Santos. Sua postagem resume, em linhas gerais, a estratégia narrativa mais usada no Instagram e Twitter: dar ênfase ao signo numérico, buscando deduzir da contagem dos tiros a contação da história da violência no Brasil. "80 tiros! Sim, 80 tiros... Até quando?".²³

Encontramos num ensaio publicado pelo blogueiro Leonardo Sakamoto as razões metalinguísticas que levaram à escolha dessa estratégia argumentativa baseada na ênfase no signo numérico. "80 tiros. Se você *deduziu* qual a cor da pele de Evaldo sem que alguém precisasse dar dicas, parabéns. Você conhece bem o seu país".²⁴ Tratar-se-ia, portanto, de apenas de *mais um* episódio de violência contra pretos periféricos. "Por que isso ocorre com negros pobres nos Extremos da Zona Norte e Oeste do Rio ou nos Extremos da Zona Leste e Sul de São Paulo? Se você já tinha deduzido que é porque a vida, nesses locais, vale muito menos, parabéns. Você realmente conhece o seu país...".²⁵ Afinal, 80 tiros "podem ser espantosos para quem vive em um bairro nobre [...], mas os dados não trazem novidade para quem sente na pele um genocídio em curso".²⁶ Pois, conforme concluem os escritores pretos Gabriel Gaspar e Vanessa Oliveira em ensaio publicado numa coletânea que busca responder a este e outros episódios recentes de violência contra pretos no Brasil, "toda bala perdida tem uma trajetória só".²⁷

Ambos os textos refletem o principal mote de argumentação dos usuários do *Twitter* e *Instagram*:²⁸ enfatizar a absurdidade da quantidade de disparos, para logo em seguida deduzir sobre a normalidade do caso em um país racista e violento. Isso vai estimular os usuários a denunciar o imobilismo das classes dirigentes e a frieza da sociedade civil, que teima em normalizar a violência contra pretos pobres da periferia.

Mas a mesma estratégia de deduzir a contação da história da contagem dos disparos foi adotada por perfis alinhados ao *cluster de direita* (isto é, o conjunto de usuários que os algoritmos das redes sociais irão classificar, à parte de qualquer definição política clássica das noções de direita e esquerda, em virtude somente da

²² Tweet de Elza Soares, publicado em 08 de abril de 2019. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/ElzaSoares/status/1115392306859917313>.

²³ Tweet de Guilherme Boulos.

²⁴ SAKAMOTO, *Os governantes que elogiam execuções vão pedir perdão à viúva de Evaldo?*

²⁵ SAKAMOTO, *Os governantes que elogiam execuções vão pedir perdão à viúva de Evaldo?*

²⁶ SAKAMOTO, *Os governantes que elogiam execuções vão pedir perdão à viúva de Evaldo?*

²⁷ O trecho completo "toda bala perdida tem uma trajetória só: vêm de cima para baixo; de rico para pobre, de branco para preto, de homem para mulher, de madeireiro para indígena, de fazendeiro para sem-terra, de hétero para LGBT. Toda bala tem endereço, porque o genocídio é política de Estado desde antes de existir Estado no Brasil. Somos um país que se fez nação para justificar a existência da milícia" (GASPAR, OLIVEIRA, *Branco, sangrem conosco*, p. 12).

²⁸ Aqui, me referi a textos que refletem, tanto na forma quanto no conteúdo, o teor geral das postagens feitas no *Twitter* e *Instagram*, mas que, talvez em virtude do formato de publicação em texto longo, expuseram de modo mais completo o argumento que de outro modo se encontra fragmentado e pulverizado nas postagens. Assim, busco economizar ao leitor a tarefa de ler centenas de tweets e posts para ter uma compreensão do todo.

chance de desse usuário engajar com argumentos conservadores e/ou progressistas na área de segurança).

Entre o cluster de esquerda, o argumento mais recorrente é de que se trataria evidentemente de “#80tiros: *mais um* preto pobre da periferia assassinado pelo Estado”. Já para o cluster de direita, se trataria de “*mais um* incidente”²⁹ que infelizmente ocorre em um cenário de “guerra irregular”;³⁰ mas que seria necessário lembrar ainda que nessa guerra “*todos os dias* policiais são mortos com *muito mais* que #80tiros, mas ninguém protesta”.

Desse modo, ambos os campos buscaram deduzir da contagem dos disparos a contação da violência, ainda que desemboquem em algébricas diferente sobre a normalidade da violência no Brasil. O modo de construção desses argumentos, conforme veremos, remonta à significação mítica. Ao analisarmos o grosso dos enunciados veiculados nas redes sociais em ocasião dos #80tiros, pudemos distinguir dois mitos proeminentes sobre a violência policial no Brasil: no cluster de esquerda, o *mito do preto pobre*; já no cluster de direita, o *mito da vítima policial*.

3. Mito e infraestrutura algorítmica

Antes de examinar os fundamentos sociológicos desses mitos – que remonta, como veremos, à tradicional oposição entre trabalhador e bandido – gostaríamos de tecer alguns comentários sobre o tipo de linguagem predominante nas redes sociais capitalistas, a linguagem mítica, e as razões de seu sucesso.

Independentemente do perfil ideológico de cada cluster, aí circularam predominantemente mensagens sintéticas de alto teor de redundância e valor de evidência. A estratégia mais comum foi partir do signo mais imediata e amplamente reconhecível – a contagem inicial dos disparos dados pelos militares – para em seguida construir um discurso que dependesse do mínimo de referência a fatos extrínsecos ou informações desconhecidas pelo usuário receptor. Em outras palavras, a referência aos #80tiros foi usada para levar o usuário a *deduzir* o que deve ser compreendido – isto é, aquilo que ele já sabe – sobre a realidade da violência no Brasil. É somente em relação a esse conteúdo previamente adquirido que as diferenças ideológicas vão aparecer: de um lado, a convicção de um lado de que o Estado brasileiro atua contra pretos pobres da periferia; de outro, a certeza de que policiais são trabalhadores honestos, verdadeiros heróis que infelizmente acabam cometendo erros em virtude de um cenário de guerra contra o crime.

O maior alcance desse tipo de mensagem sintética, redundante e evidente explica-se, em parte, pela infraestrutura algorítmica das redes sociais capitalistas. Privilegia-se mensagens curtas, de alto coeficiente de reprodução, engajamento e compartilhamento. Isso porque na economia digital, conforme argumentam Arthur Kroker e Michael A. Weinstein em *Data Thrash: The Theory of Virtual Class*, a velocidade de circulação da

²⁹ Os três, respectivamente, declararam: “O Exército não matou ninguém, houve um incidente”; um “incidente lamentável”; um incidente que não devemos “julgar o valor”.

³⁰ O General Antônio Carlos de Souza, comandante da Força de Pacificação, definiu seu campo de atuação como “[...] é um conflito moderno. Uma guerra irregular, sem fronteiras, com inimigo difuso. E o mais difícil é atuar no meio do povo, com as ruas cheias de gente” (MINISTÉRIO DA DEFESA, *Complexo da Maré*).

informação é determinante para seu potencial de acumulação de valor.³¹ Em outras palavras, é o fluxo de informação – *independentemente de seu conteúdo* – que vai determinar a lucratividade da plataforma. Isso explicaria o alcance de conteúdos com maior carga de redundância e obviedade, especialmente os que causam alarme e impulsionam a reação: são informações mais velozes, que requerem menor esforço por parte do usuário na hora produzir, interpretar e compartilhá-las.³²

Em virtude desse modelo de negócio, o filósofo Franco Berardi conclui que “a aceleração do fluxo de informações traz implícita a eliminação do significado” pois “o significado desacelera esse processo, já que ele precisa de tempo para ser produzido e para ser elaborado e entendido”.³³ Esse é um dos motivos que permitem explicar porque as discussões nas redes sociais, que contam com a intervenção de milhares de usuários, mesmo assim costumam passar ao largo dos aspectos mais ambíguos, menos evidentes dos fatos. Tais aspectos só podem ser deslindados através de uma reflexão mais detida e profunda; e a chance de um conteúdo reflexivo viralizar nas redes é, em decorrência da própria infraestrutura algorítmica, significativamente menor que as mensagens sintéticas, redundantes e evidentes. Em outras palavras, não depende somente da boa vontade das comunidades interpretativas fazer circular uma interpretação mais sofisticada dos fatos; a infraestrutura algorítmica joga contra argumentos reflexivos.

Assim, em geral, tanto os clusters de esquerda e direita foram incapazes de captar as nuances, ambiguidades, dúvidas relativas ao caso Evaldo Rosa. Entre o cluster de esquerda, mais interessado em fazer uma denúncia das práticas de necropolíticas de Estado, passou-se ao largo do fato do atentado ter ocorrido em um bairro de classe média, e contra membros de diferentes etnias, gêneros e idades pertencentes à classe média baixa. Já entre o cluster de direita, mais interessado em fazer uma defesa da legitimidade e eficácia do aparelho repressivo de Estado, passou-se ao largo do problema baixíssima eficiência dos disparos – problema este que os próprios políticos desse espectro ideológico tiveram de mencionar a contragosto.³⁴

Isso porque, em se tratando de discursos políticos, a infraestrutura algorítmica vai favorecer o que o filósofo Byung Chul-Han chama de *ondas de indignação*. Elas consistem num momento de alto compartilhamento de mensagens redundantes “eficientes em *mobilizar e compactar a atenção*”³⁵ em prol de uma experiência coletiva de comoção, choque e raiva diante de um fato reprovável. Todavia, destaca o filósofo, o coeficiente de redundância e velocidade dessas mensagens as torna inapropriadas “para organizar o discurso público, a esfera pública. Elas são incontroláveis, incalculáveis, inconstantes, efêmeras e amorfas demais para tanto”.³⁶ E como se trata de reagir, o mais rapidamente,

³¹ KROKER; WEINSTEIN, *Data trash*.

³² Cf.: SEYMOUR, *The twittering machine*.

³³ BERARDI, *Asfíxia*.

³⁴ O então governador Wilson Witzel, embora tenha se absterido de fazer juízo de valor da ação, fez a ressalva de que “com todo respeito, ressalto aqui, às Forças Armadas, o que nós precisamos é de polícia *treinada na rua*”. O vice-presidente Hamilton Mourão, por sua vez, se viu forçado a admitir que: “Sob pressão e sob forte emoção, ocorrem erros dessa natureza. [...] Houve uma série de disparos contra o veículo da família, então você vê que foram disparos péssimos, né? Porque, se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém, o que seria ainda pior a tragédia. Então isso é um fato”.

³⁵ HAN, *No enxame*, p. 21 grifo nosso.

³⁶ HAN, *No enxame*, p. 21.

ao calor dos fatos, as ondas de indignação não permitem "nenhuma comunicação discreta e factual, nenhum diálogo, nenhum discurso".³⁷

Para o filósofo Slavoj Žižek, a obrigação de reagir ao calor dos fatos aderindo à reprodução de mensagens redundantes é uma forma de *pseudo-ativismo*, um "tipo de ação que faz com que os agentes 'se sintam bem consigo mesmos' sem desafiar seriamente o poder político e econômico".³⁸ Como contrapartida, Žižek propõe não agir, apenas pensar,³⁹ como meio de escapar ao imperativo de adesão às ondas de indignação. Desacelerar o processo de interpretação e produção de enunciados pode ser determinante para a preparação de uma ação política efetiva.

Em termos semióticos, a infraestrutura algorítmica favorece a *fala mítica*. Roland Barthes distingue dois tipos de sistema semiótico: a linguagem-objeto e a linguagem mítica. Grosso modo, a linguagem-objeto é a fala corrente, literal, em que o signo é resultante de uma associação direta entre significante e significado. Já o mito não resulta da mesma associação entre significante e significado. Na fala mítica, nunca há um significante vazio, puro. Em seu lugar, há sempre um *signo roubado* da linguagem-objeto, que o mito força a operar como significante.⁴⁰ Nesse sentido, o mito consiste numa "exposição decorativa do-que-é-óbvio",⁴¹ um discurso das coisas por elas mesmas. O mito requer uma compreensão orgânica e imediata; representa verdades que devem ser "sentidas na pele".

A fala mítica é especialmente conveniente para as classes dominantes, porque permite transformar "a realidade do mundo em imagem do mundo, a História em Natureza".⁴² O processo consiste em fazer com que os significados da linguagem-objeto sofram um processo de esvaziamento de sentido, ou melhor dizendo uma "evacuação do real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível".⁴³ Por tudo isso, conclui Barthes, o mito não visa comunicar os fatos, mas um valor, não busca estabelecer relações de verdade, mas de utilidade. É essencialmente uma *fala despolitizada*. "O oprimido faz o mundo, possui apenas uma linguagem ativa, transitiva (política). O opressor conserva o mundo, a sua fala é plenária, intransitiva, gestual, teatral: é o Mito; a linguagem do oprimido tem como objetivo a transformação, a linguagem do opressor, a eternização".⁴⁴

Voltando à análise do discurso dos #80tiros, fica claro que a estratégia de deduzir da contagem dos disparos a contação da história da violência no Brasil é, de um ponto de vista metalinguístico, de ordem mítica. Pois o signo numérico não surge como significante não surge como fato puro que carece de análise contextual detida; ele já surge saturado de discurso ideológico – é justamente o "significante roubado" que suscita ao mesmo tempo que comprova um conteúdo óbvio, redundante, eterno; que confirma a *natureza*, a

³⁷ HAN, *No exame*, p. 22 grifo nosso.

³⁸ No original: "type of action that makes the agents 'feel good about themselves' without seriously challenging political and economical power" (BJERRE; LAUSTEN, *The subjects of politics*).

³⁹ Vídeo "Don't act, just think". Slavoj Žižek para Big Thing, 2012.

⁴⁰ Trata-se literalmente de um roubo: é o caso do estilista que rouba a calça jeans rasgada dos operários e militantes, e em seguida força esse rasgo a "falar" uma suposta essência natural da juventude, que ele estrategicamente desconecta das lutas de resistência para atrelá-la ao consumo.

⁴¹ BARTHES, *Mitologias*, p. 11.

⁴² BARTHES, *Mitologias*, p. 162.

⁴³ BARTHES, *Mitologias*, p. 163.

⁴⁴ BARTHES, *Mitologias*, p. 169.

normalidade, a naturalidade da violência no Brasil. Naturalidade essa que, paradoxalmente, as ondas de indignação – espalhadas em clusters ideológicos opostos – no mesmo tempo que confirmam e reforçam, vão em seguida criticar.

O mito dá colorido e dinamismo às verdades eternas; nesse sentido, ele é essencial para a percepção de relevância dos conteúdos favorecidos pelos algoritmos das redes sociais. A “exposição decorativa do-que-é-óbvio”, além de favorecer a formação de bolhas em torno de “significados naturais evidentes” (o que Barthes chama de *pseudophysis*), serve ainda de estímulo para que cada usuário adicione sua marca pessoal na transmissão de uma mensagem que, sem essa marca, seria prontamente percebida como óbvia e redundante.

A eficácia de um mito – seu coeficiente de despolitização – se mede por seu poder de evidência. Mas Barthes alerta: a fala mítica se destina sempre a interpretes específicos; ela nunca aspira a falar para qualquer um. O mito só almeja fazer sentido – isto é, gerar valor – para o intérprete a que ele se destina. Daí uma característica inerente às ondas de indignação, que prontamente se convertem em instrumentos acusatórios, mais conhecidos como “ondas de cancelamento”. O usuário passa a atuar para proteger o significado mítico; à primeira vista, por adesão ideológica, mas no fundo respondendo a gatilhos de vício disparados pelo algoritmo.⁴⁵ Tudo isso dificulta a exposição de ponto de vista mais complexos, sofisticados e nuançados que seguem a contrapelo das verdades míticas. As disputas entre conteúdos míticos é vantajosa para o modelo de negócio baseado na aceleração do fluxo de informação.

Ainda em relação ao caráter da “exposição decorativa do-que-é-óbvio”, vale notar uma mudança significativa promovida pelas redes sociais. No âmbito da televisão, jornal e cinema, ainda predomina o fenômeno conhecido como *estetização da violência e espetacularização da miséria*. Em ambos os casos, trata-se da prática de exposição crua e nua das catástrofes sociais, com a primeira buscando certo requinte no tratamento formal, em busca do máximo apelo visual e emotivo.⁴⁶ As redes sociais seguem em caminho contrário. Imagens do carro alvejado de balas, do corpo morto, ou até mesmo do choro e gritos de protesto dos sobreviventes e familiares foram significativamente menos compartilhadas que *selfies* sorridentes de Evaldo Rosa, às vezes estilizadas para compor peças ilustradas, bem como fotos de pessoas brandindo cartazes de protesto, ou peças gráficas que jogam criativamente com o signo numérico 80.

Essa mesma tendência já podia ser percebida no caso Ágatha Felix, em que a imagem que mais circulou foi a da criança sorridente vestida como Mulher Maravilha. O caso chama atenção, porque os familiares de Ágatha buscaram meios de transformar sua dor em um protesto público visualmente comovente, mas não obtiveram sucesso em obter engajamento. No funeral da Ágatha, centenas de pessoas se apinharam na ala apertada do cemitério de Inhaúma portando brinquedos, bandeiras, cartazes e camisetas

⁴⁵ SEYMOUR, *The twittering machine*.

⁴⁶ A estetização da violência e espetacularização da miséria remonta a, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial e se consolida sobretudo a partir da Guerra do Vietnã, sendo impulsionada de um lado pelas transmissões 24/7 da CNN e de outro pelo sucesso de revistas especializadas em fotojornalismo como Life Magazine, que repercutiam um novo ponto de vista globalizado sobre a miséria e a opressão. A crítica Susan Sontag, ecoando as críticas mais recorrentes a esse tipo de produção imagética, escreve que tais imagens, sobretudo as estetizadas, ao darem máxima ênfase à exposição crua do sofrimento, acabam por transformá-lo aos olhos do espectador em algo demasiadamente grande, irreversível, fora do alcance da política e de ações de solidariedade (SONTAG, *Diante da dor dos outros*, pp. 67-68).

estampadas com fotos de familiares, conversas de WhatsApp etc. Houve muitos discursos emocionados. Tudo foi filmado, fotografado e postado. Tais imagens foram parar na capa do *The Washington Post*, mas não obteve grande alcance nas redes, onde continuava a circular a mesma imagem, em infinitas versões estilizadas, da garota vestida de super-heroína norte-americana.

Novamente, a infraestrutura algorítmica pode ter sido decisiva para a escolha de compartilhar imagens de protesto visualmente alegres e criativas. Conteúdos identificados pelo sistema como negativos, violentos, dramáticos, de baixa qualidade estética, têm automaticamente seu alcance reduzido. Os perfis que postam esse tipo de conteúdo correm risco de sofrer *shadowban*, ou “banimento temporário” não declarado. Além disso, conforme demonstra uma pesquisa do New York Times, o usuário das redes sociais tende a compartilhar conteúdos com os quais ele quer que sua imagem seja associada; em outras palavras, quando compartilhamos, buscaríamos expor mais a nós mesmos que o conteúdo em si.⁴⁷ Assim sendo, sob influência do algoritmo capitalista, as marcas da tragédia e da pobreza do *outro* tendem a desaparecer para dar lugar a uma falsa igualdade *do eu*. O algoritmo impõe uma falsa equivalência entre seus usuários, todos forçados a aderir a uma mesma linguagem “instagramática”. Daí o mito liberal de que *#somostodosiguais*, *#somostodosevaldo*, *#somostodosagatha*, que não dá margem para perceber as acachapantes distâncias socioeconômicas, a pluralidade de percepções de mundo, e as nuances e ambiguidades da realidade multifacetada da violência.

4. Trabalhador vs. bandido

Os mitos do preto pobre periférico e da vítima policial que circularam com maior intensidade nas redes sociais vão refletir, no fundo, a “sensibilidade jurídica”⁴⁸ há muito sedimentada nas classes sociais brasileiras.

O sociólogo Michel Misse argumenta que no Brasil a “acumulação social da violência” – um complexo de fatores, uma síndrome, que envolve circularidade causal acumulativa – se deu em caminho inverso à direção racional-legal de evolução do direito penal moderno. De acordo com a cronologia legal típica, deve-se passar da criminalização (em que um curso de ação passa a ser considerado crime, em virtude de uma campanha pública ou da tradição) à crimação (isto é, o processo de análise contextual de cada evento possivelmente criminoso à luz de um enquadramento normativo) e pôr fim à incriminação (a identificação de um autor, para busca e punição do sujeito causal).⁴⁹ No Brasil, esse processo tende a ocorrer de modo invertido: a incriminação do sujeito antecede a crimação e a criminalização. Assim surge o que o Misse define como *dispositivo do sujeito criminal*.

Ao contrário do criminoso hegeliano, que realiza sua liberdade tanto ao cometer o crime quanto ao ser condenado a perdê-la, o que supõe uma trajetória racional-legal tanto do criminoso quanto dos procedimentos de crimação/incriminação que lhe condenaram, o nosso criminoso já perdera sua liberdade antes de cometer o crime e, ao cometê-lo, procura resga-tá-la, atualizando-a no crime, identificando-se com ele,

⁴⁷ CIG, *The psychology of sharing: why do people share online*.

⁴⁸ MISSE, *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*.

⁴⁹ MISSE, *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, p. 379.

tornando-se seu sujeito potencial a ponto de, no limite, reconhecer-se em sua superioridade moral. Ao fazê-lo, no entanto, aliena-se completamente nos dispositivos que o assujeitam ao Código Penal. É comum no Brasil o sujeito ganhar o nome do artigo do Código que transgrediu: "171" (estelionato), "121" (assassino), "157" (assaltante), "213" (estuprador), "12" (traficante) etc.⁵⁰

O sujeito criminal é o Outro de antemão incriminado pelo sistema penal e pela sociedade civil. Esse dispositivo reflete, ao mesmo tempo que cria, uma desigualdade de direitos que atravessa todo o sistema de crenças acerca da incriminação do Brasil; e vai ser determinante para a "sensibilidade jurídica" de todas as classes sociais brasileiras para a questão da insegurança.⁵¹

No campo das percepções sociais, uma das formas mais perversas de ativação do dispositivo de sujeição criminal é a oposição entre *trabalhador versus bandido*. O cientista social Gabriel Feltran afirma que essa distinção perpassa tanto as dinâmicas domésticas das famílias de favela quanto o universo social e os debates públicos. É a nível macro que os sentidos políticos implícitos a essa categorização social vão adquirir caráter mais plástico, variando-se os critérios de categorização do 'trabalhador' e do 'bandido' caso a caso.

Social e publicamente, estas categorias são muito mais plásticas, e não necessariamente se referem aos praticantes de atos criminais. Mais do que isso, nestas esferas não há composição possível entre 'trabalhadores' e 'bandidos' – ali, é consensual que os 'trabalhadores' merecem proteção, e que os 'bandidos' carecem de repressão. As forças sociais e públicas destinadas a um e outro, portanto, são opostas e complementares: a repressão dos 'bandidos' significa proteção dos 'trabalhadores'. Os conjuntos não se misturam (mas as categorias que os classificam incluem mais ou menos indivíduos em seu interior, a depender da situação).⁵²

Segundo Feltran, quanto mais a ação repressiva policial é "pública" (no sentido de que o espaço público realmente existente é organizado centralmente por atores dominantes), mais abrangente e inclusiva se torna a categoria de "bandido". Assim sendo, em tempos de normalidade a ação policial de rotina se limita a agir contra indivíduos já bem identificados como praticantes de atos criminais (os com passagem criminal ou notoriamente conhecidos nas ruas como tal). Já em operações policiais ostensivas, de caráter mais público, a categoria 'bandido' passa a incluir grupos de amigos, vizinhos e familiares dos que supostamente praticam atos ilícitos. Por fim, quando se trata de instituir um regime de exceção em larga escala, a categoria 'bandido' atinge máxima abrangência inclusiva.⁵³

⁵⁰ MISSE, *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, p. 380–381.

⁵¹ MISSE, *Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, p. 382.

⁵² FELTRAN, *Trabalhadores e bandidos*. p. 44.

⁵³ Feltran dá como exemplo a resposta da polícia aos "ataques do PCC" de 2006, em que a facção demonstrou sua força praticamente paralisando toda a São Paulo por três dias. A Polícia Militar vai responder à ação com uma ofensiva contra as periferias – deixando saldo de 493 mortos, em sua maioria jovens sem ligação comprovada com o crime organizado, mortos em decorrência da fisionomia jovem e preta, mesmo quando estavam em deslocamento para o trabalho (FELTRAN, *Trabalhadores e bandidos*, p. 49). Feltran argumenta que, embora fosse amplamente notório, inclusive para setores da mídia conservadora, de que se tratava de um ataque coordenado e profissional, o extermínio de jovens pretos e pobres foi percebido publicamente como legítimo, e não como uma contradição ou testemunho da ineficiência da PM no combate ao crime organizado.

Assim sendo, o dispositivo de militarização que mencionamos anteriormente, ao reordenar a vida social transformando todos os espaços em potenciais “campos de batalha” e todo tipo de insurgência em ameaça à segurança”, vai também atuar também para redefinir, inclusive a nível da subjetividade, a fronteira entre trabalhadores e bandidos.

Feltran conclui que a divisão entre ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’ não é um problema de ordem legal, mas de *repartição da legalidade*. Toda vez que as ações de repressão carecerem de expandir seu escopo de atuação e a intensidade da violência praticada, a demarcação entre as categorias será suscitada, sempre de modo plástico, a fim de legitimar a ação. Assim sendo, a finalidade do mito da vítima policial é garantir que este seja percebido como um trabalhador – e enquanto tal um herói, uma vez que arriscaria sua vida para proteger outros trabalhadores. Com isso, o mito busca desculpar o policial da agressão, percebida como casual, contra os que em outras situações seriam classificados igualmente como “trabalhadores” no campo de batalha.

Compreende-se que ambos os mitos do preto pobre periférico e da vítima policial são determinados pela mesma lógica da sujeição criminal – em que o incriminado antecede a criminalização e a criminalização, enquanto sujeito que encarna um potencial de crime. Como vimos, o cluster de esquerda aderiu apressadamente à tese de que os #80tiros teriam sido motivados por uma percepção racista e classista da figura *individual* do ‘bandido’. Mas os fatos e o contexto apontam que, na verdade, o caso é decorrente de uma definição mais *plástica* do ‘bandido’, que de repente passa a incluir brancos, pardos, mulheres, velhos e crianças de classe média baixa, em virtude de uma demanda privada de segurança. Daí a função compensatória do mito do preto pobre periférico; ele é ao mesmo tempo uma forma segura de *pseudo-ativismo*, conforme Žižek, e uma mensagem tranquilizadora para as classes médias e altas, porque ajuda a fixar a imagem individual do Outro pressuposto pelo dispositivo de sujeição criminal, dissimulando sua dimensão plástica.

Em contrapartida, se nos dispusermos a escutar, ao invés da fala mítica amplificada pelas redes, a linguagem-objeto dos sobreviventes, veremos que é justamente a angústia acerca da plasticidade das definições de “trabalhador” e “bandido” que vai ser mais questionada. Para ilustrar as diferentes modalidades de angústia, vou destacar dois discursos distintos de sobreviventes, um relativo à experiência periférica, e outro que expressa o ponto de vista da classe batalhadora.

Luciana, esposa de Evaldo e sobrevivente do atentado, narra como foi os últimos momentos com o marido: “Por que o quartel fez isso? Eu disse, *amor, calma, é o quartel*. Ele só tinha levado um tiro, os vizinhos começaram a socorrer. Eu ia voltar, mas eles continuaram atirando, vieram com arma em punho. Eu coloquei a mão na cabeça e disse: ‘Moço, socorre meu esposo’. Eles não fizeram nada. Ficaram de deboche”.⁵⁴ Percebe-se logo que Luciana confia nas instituições, e tem dificuldades para compreender a postura de desprezo dos oficiais. “Meu marido era um pai carinhoso, atencioso, especial. Nem bandido merecia aquilo. Eles atiraram muito. Foi uma guerra. Tenho pena dos militares. Só desejo que tenham Deus no coração. Eles não atiraram sem ter ordem para isso. Tem sempre alguém que manda atirar”.⁵⁵

⁵⁴ VIANA, *Eu queria que os soldados do Exército fossem a júri popular*.

⁵⁵ SOARES, *Os 257 tiros contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa*.

Esse discurso condiz com alguém que não têm por hábito se considerar diariamente como o Outro da sociedade civil, como alguém que poderá ser deslocado a qualquer momento para a categoria de 'bandido', tornar-se objeto do dispositivo de sujeição criminal. A explicação pode estar no fato dela e sua família não pertencerem à comunidade periférica. De acordo com critérios de renda, a família de Evaldo pertence à classe média baixa. Mas podemos definir essa classe de um ponto de vista social. É o que propõe o sociólogo Jessé Souza com a categoria dos *batalhadores*. Estes ocupam uma posição híbrida entre a classe média e a classe trabalhadora. Como aquela classe, dispõem de recurso e tempo para aquisição de conhecimento valorizado – mas são recursos escassos e o acesso ao conhecimento é restrito.⁵⁶

Luciana é uma enfermeira de cuidados paliativos para pacientes terminais; Evaldo era sambista, segurança e camareiro conhecido entre famosos. Ambos são evangélicos. Haviam comprado o Ford Ka recentemente, e moravam numa casa própria de dois andares, localizada à 2km de distância de onde ocorreu a tragédia, em Marechal Hermes, que na última avaliação atingiu IDH Alto.⁵⁷ Se comparado com os redutos tradicionais da classe média carioca da Zona Sul, o local em que viviam pode ser considerado perigoso, mas para a maioria batalhadora, trata-se de um bom bairro. A classe batalhadora ascendeu vertiginosamente com o Governo Lula, e em tese teria sido ela que teria ido às ruas em 2013 para pedir por mais saúde, segurança e educação, porque enfrentava dificuldades para dar continuidade para sua trajetória ascendente. Mas essa classe, até o final de 2019, era a faixa com menor rejeição ao governo Bolsonaro.⁵⁸

Porque pertencem à nova classe batalhadora, Luciana e Evaldo não vivenciavam direta e sistematicamente a violência urbana.

Entrevistador: Vocês, mesmo morando aqui no Rio e se conhecendo na favela do Muquiço, não conviviam muito com essa questão da violência?

Luciana dos Santos Nogueira: *A gente vê o mundo em que a gente vive, mas a gente nunca imagina que pode acontecer com a gente, sabe? Às vezes você vê que acontece assim, pertinho de você, caramba, aconteceu com meu vizinho, caramba, você sente, você sofre, você sente a dor do teu próximo, quando você liga o jornal... Quando eu paro, assim, pra fechar os olhos, eu me pego, assim, meu Deus, aconteceu comigo! Mas só quem passa mesmo é que sabe o tamanho da dor, entendeu?*⁵⁹

Se escutarmos atentamente os sobreviventes dos 257 tiros e seus familiares, veremos que é exatamente esse o problema que eles levantam: quais são as fronteiras da violência para os que batalharam para ascender à classe média? Por exemplo, no enterro de Evaldo um amigo fez questão de salientar que também tem um Ford KA branco e que, nesse caso, gostaria de saber “*se quando eu sair de casa, também vou ser alvejado como foi o Evaldo. A comunidade está com medo*”.⁶⁰

⁵⁶ SOUZA, *Os batalhadores brasileiros*.

⁵⁷ Tabela 1772: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, por ordem de IDH, segundo os Bairros ou grupo de Bairros, no Município do Rio de Janeiro em 1991/2000. Instituto Pereira Passos.

⁵⁸ Cf.: ROSÁRIO, *Datafolha*.

⁵⁹ VIANA, *Minha felicidade ficou para trás, diz viúva de Evaldo Rosa*

⁶⁰ BARREIRA; COELHO, *'A gente ia morrer junto', diz mulher no enterro do músico fuzilado pelo Exército no Rio*.

Esse ponto de vista, coerente com a classe batalhadora, é muito diferente do ponto de vista dos moradores da periferia, sobretudo os pretos. Vejamos como o avô de Ágatha Felix, no calor do momento, interpretou o assassinato de sua neta:

Foi a filha de um trabalhador, tá? Ela fala inglês, tem aula de balé, era estudiosa. Ela não vivia na rua não. Agora vem um policial aí e atira em qualquer um que está na rua. Acertou minha neta. Perdi minha neta. Não era para perder ela, nem ninguém [...] Mais um na estatística. *Vai chegar amanhã e dizer que morreu uma criança no confronto*. Que confronto? Confronto com quem? Porque não tinha ninguém, não tinha ninguém. *Ele atirou por atirar na Kombi*. Atirou na Kombi e matou minha neta. Isso é confronto? A minha neta estava armada por acaso para poder levar um tiro?⁶¹

O subtexto desse discurso é a experiência de pretos periféricos. Ao mesmo tempo que o avô evoca a categoria de "trabalhador", no instante seguinte ele protesta contra a plasticidade desse termo, que sempre joga contra ele. Ele sabe que os marcadores sociais do "trabalhador" – a honestidade, a cultura, a propriedade privada – deixam de importar quando a ação de repressão policial passa a atuar em escala pública mais ampla.

O avô reflete a experiência do que Machado da Silva chama de "vida sob cerco", qual seja, "uma experiência de confinamento socioterritorial e político que causa nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas e dificultam a manifestação pública de suas demandas".⁶² Porque é um morador do Complexo do Alemão – que se situa na "região-luz" da repressão necropolítica carioca – o avô de Ágatha têm mais consciência dos conflitos inerentes à plasticidade da fronteira entre bandido e trabalhador. Compreende mais rapidamente que a ascensão social à classe batalhadora não significa necessariamente sair da condição de Outro da sujeição criminal, pois sobre a vida sob cerco paira permanentemente a ameaça de tornar-se a qualquer momento alguém "que pode ser morto", como no *Homo Sacer* de que nos fala Agamben, criticamente reinterpretado por Achille Mbembe em sua teoria das práticas racistas de necropolítica de Estado.

É assombroso ouvir o avô de Ágatha expressar-se tão lucidamente quando sua neta ensanguentada há pouco estava do seu lado; mas essa capacidade de clareza é típica de quem vive sistematicamente a guerra urbana e se prepara todos os dias para o momento em que será vitimado. Em outras palavras, seu testemunho claro é exemplo de como os dispositivos de militarização e sujeição criminal vão interferir nos processos de subjetivação. Então, porque vivia sistematicamente a proclamada guerra urbana na pele do Outro, o avô de Ágatha pode conhecer melhor a psicologia dos policiais. Ele sabe que eles são capazes de reagir sob "escusável medo, surpresa ou violenta emoção";⁶³ que tem por hábito mentir debochadamente para escaparem das consequências. Sabe, ainda, que

⁶¹ REDAÇÃO, *Corpo da menina Ágatha, morta a tiro no Alemão, é enterrado em Inhaúma, Zona Norte do Rio*.

⁶² MACHADO DA SILVA; MENEZES, *(Des)continuidades na experiência de "vida sob cerco"*. p. 513.

⁶³ Inciso do projeto de *lei de excludente de ilicitude*, apresentado em 2019 pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, como parte de um pacote de lei anticrime que visava realizar alterações em 14 leis que abrangem desde o Código Penal (CP) e o Código de Processo Penal (CPP) até leis menos conhecidas, como a 12.037/2009 (que trata do reconhecimento de criminosos pelo Estado) e a 13.608/2018 (que trata de recebimento de denúncias e oferta de recompensas). Uma versão desidratada do projeto, que excluía a lei de excludente de ilicitude, acabou sendo aprovada no dia 05/12/2019 pela Câmara dos Deputados.

sua família será retratada como “pobre” pela mídia, como “estatística” pelo governo, e como “mais um caso... até quando?” pelas pessoas bem-intencionadas da classe média que vez ou outra se indignam nas redes sociais.

Perceba-se que, nesse ponto, o discurso do avô de Ágatha é em linhas gerais muito semelhante ao mito do preto pobre periférico; no entanto, como é articulado a partir de uma linguagem-objeto, ele se abre para outras potencialidades políticas, porque não visa confirmar uma percepção de normalidade, mas a sua denúncia e transformação. O discurso mítico não é necessariamente ruim; o desafio é abrir caminho para que a potência da linguagem-objeto se faça ouvir no meios em que ele predomina, e que sua carga de redundância e evidência não desabone os intérpretes de enfrentar as novidades, nuances e ambiguidades da realidade.

Por sua vez, a classe batalhadora, em virtude de sua nova condição ambígua, tem enfrentado mais dificuldades cognitivas e perceptivas para encarar a violência policial de um ponto de vista político. Note-se, por exemplo, a chave de leitura religiosa e institucional operada por Luciana e seus familiares. Eles creem que tudo só poderia ter ocorrido mediante uma ordem expressa, vinda de cima; e confiam que, apesar dos erros, os oficiais teriam boa índole. Têm dificuldade de compreender porque o carro financiado, a casa própria, o emprego estável, o bairro bom, o comportamento ordeiro – não foram suficientes para provar que eles eram batalhadores honestos, pais de família. Todavia, os 257 tiros foram dados justamente *em defesa da propriedade*, nesse caso, em defesa tanto das habitações militares quanto do carro – que os militares confundiram com um veículo mais caro.

Conclusão

A extrema-direita bolsonarista, amplamente apoiada pelas igrejas neopentecostais, há muito vem explorando as fobias da classe batalhadora diante da possibilidade de decair na condição do Outro da sujeição criminal. O “fascismo à brasileira”⁶⁴ vai se endereçar também àqueles cujo status de trabalhador e proprietário é ambíguo, reforçando “argumentos discriminatórios, sob a ótica de que existem diferenças naturais entre os indivíduos na sociedade que ‘desfaz a obrigação de considerá-los como iguais’”.⁶⁵ O bolsonarismo vai explorar a condição ambígua dessa classe para legitimar, no plano institucional, uma nova “ordem estatal que convive com o poder de facções e milícias, justiceiros e policiais agindo fora da lei”.⁶⁶

Daí a necessidade de fazer circular no campo progressista um novo discurso crítico que não se limite à denúncia da necropolítica contra pretos pobres periféricos, mas também contra os batalhadores de muitas matizes etárias, étnicas e de gênero, que habitam novas fronteiras geográficas e simbólicas do mosaico de territórios tanto do Rio de Janeiro, quanto do Brasil como um todo. O principal desafio é construir um novo discurso que, sem provocar o apagamento da percepção dos contrastes bem-marcados – graças a uma longa tradição intelectual de reflexão sobre a violência brasileira – entre periferia e centro, entre pretos e brancos, entre pobres e ricos, consiga também se

⁶⁴ BERNARDI; MORAIS, *Fascismo à brasileira?*, p. 319.

⁶⁵ BERNARDI; MORAIS, *Fascismo à brasileira?*, p. 319

⁶⁶ FELTRAN, *Polícia e política*.

endereçar àqueles que se encontram em posições ambíguas no tecido social e que, com toda razão, gostariam de escapar das leituras binárias da realidade. Para pensar a realidade da classe batalhadora, será preciso criar novos conceitos e discursos sobre a violência que deem conta do caráter absolutamente plástico que as definições racistas e classistas de “trabalhador” e “bandido” podem eventualmente adquirir à luz das demandas de repressão estatal.

Referências

- ADRIELLE, Regine. Dias, anos, tiros e corpos... 5, 15, 12, 29, 80, 111. In: OLIVEIRA, Vanessa (org.). *De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio preto*. São Paulo: Elefante, 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ALVES, Raoni. Witzel lamenta morte de Ágatha, culpa o crime organizado e defende a política de segurança do governo. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/witzel-fala-pela-primeira-vez-apos-morte-de-agatha-no-complexo-do-alemao.ghtml> Acesso em: 12 de out. 2022.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BERARDI, Franco. *Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem*. São Paulo: Ubu, 2020. *E-book*.
- BERNARDI, Ana; MORAIS, Jennifer. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. *Política e Sociedade*, v. 20, n. 48, pp. 300–237, 2021.
- BJERRE, Henrik; LAUSTEN, Carsten Bagge. *The subjects of politics: Slavoj Žizek's political philosophy*. Penrith: LLP Humanities, 2010.
- BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. In: *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, Ano 14, 2020.
- BUTLER, Judith. Endangered/endangering: schematic racism and white paranoia. In: GOODING-WILLIAMS, Robert (org.). *Reading Rodney King/reading urban uprising*. New York: Routledge, 1993.
- Chico Otávio e Vera Araújo. Em oito anos, número de áreas controladas por grupos paramilitares dobrou. *Jornal O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-oito-anos-numero-de-areas-controladas-por-grupos-paramilitares-dobrou-22574503>. Acesso em 12 out. 2022.
- CIG (The New York Times Customer Insight Group). *The psychology of sharing: why do people share online*, 2011. Disponível em: https://www.bostonwebdesigners.net/wp-content/uploads/POS_PUBLIC0819-1.pdf Acesso em: 12 out. 2022.
- DAVIES, Frank. *Deodoro: formas de governo para uma "região olímpica"*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 2017.
- DREIFUSS, René Armand. *Política, poder, estado e força: uma leitura de Weber*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FACHIN, Patrícia. A cidade-mercadoria e os limites da reforma urbana brasileira. Entrevista especial com Pedro Arantes. *Revista IHU*, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159->

entrevistas/568817-a-cidade-mercadoria-e-os-limites-da-reforma-urbana-brasileira-entrevista-especial-com-pedro-arantes. Acesso em 12 out. 2022.

FELTRAN, Gabriel. *Polícia e política: o regime de poder hoje liderado por Bolsonaro*. CEBRAP: Blog Novos Estudos, 2021. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/policia-e-politica-o-regime-de-poder-hoje-liderado-por-bolsonaro>. Acesso em 12 out. 2022.

FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas*, v. 15, n. 30, pp. 11-50, 2007.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits 1954-1988*. V. III (1976-1979). Paris: Éditions Gallimard, 1994.

GASPAR, Gabriel, OLIVEIRA, Vanessa. Brancos, sangrem conosco. In: OLIVEIRA, Vanessa (org.). *De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio preto*. São Paulo: Elefante, 2020.

HAN, Byung-Hul. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

HIRATA, Daniel Veloso; CARDOSO, Aduino; GRILLO, Carolina Christoph; SANTOS JR., Orlando; LYRA, Diogo; DIRK, Renato; RIBEIRO, Rodrigo; PETTI, Daniela; SAMPAIO, Júlia. *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Relatório Final, 2021.

KROKER, Arthur; WEINSTEIN, Michael. *Data trash: the theory of virtual class*. New York: St. Martin's Press, 1994.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma. (Des)continuidades na experiência de "vida sob cerco" e na "sociabilidade violenta". *Novos estudos*, v. 38, 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, pp.283-300, 2010.

MANGIANI, Fernando. 80 tiros: e depois veio o silêncio. *Revista Veja*, 17 abr. 2019 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/e-depois-veio-o-silencio/>. Acesso em 12 out. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIAGUSKO, Edson. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. In: LEITE, Márcia; ROCHA, Lia de Mattos; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Complexo da Maré: força de pacificação já realizou mais de 65 mil ações*. 2015. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/15254-complexo-da-mare-forcas-de-pacificacao-ja-realizaram-mais-de-65-mil-acoas>. Acesso em: 12 out. 2022.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Garantia da lei e da ordem*. Exercícios e operações. 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 12 out. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Uso legal da força*. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Florianópolis, 2006.

ROCHA, Lia; MOTTA, Jonathan. Entre luzes e sombras: o Rio de Janeiro dos megaeventos e a militarização da vida na cidade. *Interseções – Revista de estudos interdisciplinares*, v. 22, pp. 225-248, 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Os governantes que elogiam execuções vão pedir perdão à viúva de Evaldo? *Blog do Sakamoto*. 2019. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2019/04/08/os-governantes-que-elogiam-execucoes-vaopedirperdao-a-viuva-de-evaldo/>. Acesso em 12 out. 2022.

SEYMOUR, Richard. *The twittering machine*, London: Verso Books, 2020.

SOARES, Rafael. Os 257 tiros contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa. *Revista Época*, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/os-257-tiros-contracarro-de-evaldo-dos-santos-rosa-23687091>. Acesso em 12 out. 2022.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIANA, Natalia. *A desastrosa operação do Exército que levou à morte de Evaldo Rosa*. Agência Pública. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/exclusivo-a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-de-evaldo-rosa/>. Acesso em 12 out. 2022.

VIANA, Natalia. *Dois anos depois, 'caso dos 80 tiros' segue sem solução. "É desesperador", diz viúva de músico fuzilado pelo Exército*. Agência Pública. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/dois-anos-depois-caso-dos-80-tiros-segue-sem-solucao-e-desesperador-diz-viuva-de-musico-fuzilado-pelo-exercito/>. Acesso em 12 out. 2022.

VIANA, Natalia. Eu queria que os soldados do Exército fossem a júri popular. *Jornal El País*, 2019a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/17/politica/1568750943_782547.html. Acesso em 12 out. 2022.

VIANA, Natalia. Minha felicidade ficou para trás, diz viúva de Evaldo Rosa. *Carta Capital*, 2019b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/minha-felicidade-ficou-para-tras-diz-viuva-de-evaldo-rosa/>. Acesso em 12 out. 2022.

WIERVORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, v. 9, n. 1. pp.5-41 1997.

SOBRE O AUTOR

Victor Hermann

Victor Hermann possui Doutorado em Literatura, Outras Artes e Mídias pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020), graduação em Artes Visuais (2010) e Mestrado em Artes (2014) pela mesma instituição. Atualmente, atua como pesquisador independente nas áreas de Estudos do Antropoceno, Catástrofe, Teoria da Literatura, Arte Contemporânea, Estética na Era Digital e Literatura e Filosofia. Sua tese de doutorado, intitulada "Zona Cinza: como perceber a catástrofe?", examina a percepção de catástrofe e investiga como a literatura e as artes visuais podem contribuir para sua elaboração. A pesquisa propõe o conceito de "zona cinza", representando a distância entre nosso conhecimento sobre um risco de catástrofe e nossa disposição para correr esse risco. O estudo aborda a crise da percepção no capitalismo tardio, onde as fronteiras entre legal e ilegal, causa e efeito, e interesse e contingência, se confundem. Através de uma análise detalhada dessa contradição entre conhecimento e experiência, o pesquisador busca compreender como as artes, com seus signos capazes de produzir percepção, podem subverter essa relação enevoada, reativando um senso de prudência sensível, especulativo e intuitivo. *E-mail:* hermann.victor@gmail.com.